

Estado e cultura no Brasil*

Mário Brockmann Machado

O TEMA "ESTADO E CULTURA" PODE SER ABORDADO DE muitas perspectivas. Aqui, vou tratá-lo sob a ótica do Governo Federal. Para tanto, apresentarei alguns comentários gerais, deixando de lado questões apenas operacionais.¹

Em primeiro lugar, penso que o Brasil, apesar de seus graves problemas sociais e econômicos, é bastante privilegiado do ponto de vista cultural, ao contrário de tantos países, como, por exemplo, a Índia e a Iugoslávia. A Índia é um país dilacerado por diferenças lingüísticas e religiosas profundas; a ex-Iugoslávia enfrentou a existência de nacionalidades muito definidas e antagônicas dentro de seu território, tendo deixado de existir como unidade política.

* In: Gláucia Villas Bôas e Marco Antonio Gonçalves, orgs., O Brasil na Virada do Século: o debate dos cientistas sociais. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995, p. 268-271.

¹ O leitor interessado poderá encontrar várias outras idéias minhas sobre o mesmo tema nas seguintes publicações: "Notas sobre Política Cultural no Brasil", in Sérgio Miceli, org., Estado e Cultura no Brasil. São Paulo, Difel, 1984, p. 5-19; "Cenário Cultural" in: O Brasil na Virada do Século. Brasília, Presidência da República, 1986, p. 57-61; "O papel do Estado na Cultura", in: Cândido José Mendes de Almeida e Silvio Da-rin, orgs., Marketing Cultural ao Vivo, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1992, p. 97-105.

Parece natural, portanto, que o tipo de problema cultural predominante em um país exigirá certa intervenção do Estado, que poderá variar grandemente. Uma intervenção muito forte, muito permanente e decisiva deve fazer-se necessária em casos como o da Índia.

Diversamente, o caso brasileiro não requer uma presença estatal dessa intensidade e profundidade. Não se trata de dizer que o nosso Estado não teria funções no âmbito cultural. É uma questão de gradação, a exigir uma "sintonia fina", em vez de uma resposta simplista.

Meu segundo comentário tem a ver com as modalidades de inserção do Estado na vida cultural e artística. Isso pode ser visto sob dois aspectos distintos, ainda que complementares. Grosso modo, o Estado intervém ou para preservar valores do passado, ou para fomentar os processos contemporâneos de produção, distribuição e consumo de bens culturais. Essas duas vertentes podem, em tese, ser integradas, mas em geral elas são de instituições diferentes, e tendem a recrutar pessoas de perfis intelectuais bastante diversos.

Considere-se inicialmente o tema da preservação do passado. A primeira pergunta que se apresenta é: preservar o quê? É impossível preservar tudo; o país não pode ser transformado em um imenso museu. Aqui se nota um debate crescente e muito saudável, porque tradicionalmente havia um viés fortemente aristocrático nessa questão da memória histórica e artística nacional. Prevalencia a tendência de preservar a herança dos grupos dominantes da história do país. Conservavam-se igrejas, fortalezas, palácios, fazendas de café e sobrados urbanos. Essa tendência já não é tão avassaladora.

Nas instituições federais, estaduais e municipais que trabalham com a preservação, debate-se a necessidade de se alargar o escopo dessa memória nacional. Há uma discussão pela linha do folclore e da cultura popular, apresentando muitos outros valores que carecem também de preservação e que não fazem parte da história oficial do país.

Parte desta problemática tem a ver com o papel dos museus, cuja redefinição constitui também um tema polêmico nos dias de hoje. O que se vê é que o museu deixa de ser uma instituição destinada exclusivamente a preservar um determinado acervo, transformando-se

em espaço cultural polivalente, onde muitas coisas podem acontecer - até mesmo suas atividades preservacionistas.

No início da década de 80, os grandes museus nacionais achavam-se em estado de abandono, mas hoje têm uma programação cultural bastante dinâmica. O que falta ainda, pelo menos de forma sistemática, é uma preocupação pedagógica e didática mais regular, que traduza para o visitante de nível médio a riqueza dos bens que ele vai admirar. Não dispondo dos instrumentos necessários para decodificar o que está numa obra artística ou histórica, o que esse público pode absorver é muito pouco, se comparado a pessoas que já venham com uma bagagem ("capital") cultural mais ampla. Isso poderia ser solucionado mediante visitas guiadas, organizadas periodicamente não só para grupos escolares, mas também para o grande público.

Por outro lado, a ecologia é uma vertente nova que também questiona essa tradição dominante de preservação histórica e artística. Minha impressão é que, cada vez mais, o discurso preservacionista se dará em torno da ecologia, sobretudo desde a ECO-92.

Considere-se, agora, não mais a preservação de valores, mas o papel do Estado em face de processos de produção, circulação e consumo de bens culturais e artísticos. O debate aqui é muito mais intenso, pois não há consenso sobre o papel que o Estado democrático possa desempenhar nesse terreno. E também existem fortes interesses econômicos em jogo.

Três caminhos podem ser visualizados como oferecendo soluções para a questão. O primeiro entende que no âmbito cultural o Estado não deve intervir: o mercado deve ser absolutamente soberano, pois qualquer intervenção estatal trará consigo a ameaça de deturpação do processo cultural. No entanto, podemos dizer que, na verdade, a não-intervenção do Estado é uma forma velada de intervenção, porque ela traz conseqüências políticas importantes, ficando o mercado à mercê dos agentes naturalmente mais fortes, daí surgindo oligopólios e monopólios. A não-intervenção do Estado no sentido liberal radical é apenas uma doutrina; não é uma fotografia da realidade, como equivocadamente interpretam algumas pessoas. Na Europa, não existe país em que o Estado não tenha forte

presença na vida cultural. Tomando o dito pelo fato, podem alguns cair em equívocos graves, como recentemente ocorrido na história brasileira.

No outro extremo, ter-se-ia uma posição de intervenção completa. O Estado tudo pode, e não há motivo, a princípio, pelo qual ele não deva estar presente na vida cultural.

Historicamente, essa postura ficou desacreditada pelas dramáticas experiências totalitárias do século XX.

Não afastar, em tese, a possibilidade de um socialismo democrático, mas a verdade é que não é visível uma posição intermediária entre o fracassado socialismo e a bem-sucedida experiência europeia com a social-democracia. Esta reconhece a prioridade do mercado, mas defende o direito e o dever do Estado de intervir para corrigir suas distorções, com base em interesses coletivos. Em síntese, um mercado, seja cultural ou não, socialmente regulado. A postura social-democrática visa ao fortalecimento de um mercado caracterizado não apenas pela liberdade e pluralidade, mas também por um grau crescente de oportunidades de acesso aos processos de produção, circulação e consumo culturais.

Deste ponto de vista, eu diria que o mercado brasileiro é muito insatisfatório, o que estaria a exigir uma presença maior do Estado. Ele é insatisfatório, entre outras razões, porque exclui grande parte da população brasileira dos processos de produção e - até mesmo - consumo de bens culturais. Da mesma forma, exclui ou limita diversos modos de manifestação cultural que muitos desejariam ter, mas que problemas econômicos não permitem que ocorram. Esse mercado carece de dinamismo, de produtividade, de competitividade, e tende a criar súditos, e não cidadãos da vida cultural.

E de que maneira poderia dar-se essa maior presença do Estado? O assunto, como se sabe, é polêmico, devendo-se caminhar com cautela.

Penso, resumidamente, em ações tendentes a aumentar a democratização dos processos de preservação, de um lado, e produção, circulação e consumo de bens culturais, de outro, graças a projetos governamentais ou de terceiros, respeitadas as competências federal, estadual e municipal, e as iniciativas da sociedade. As várias instituições públicas que

trabalham nesse setor sabem como operacionalizar essa diretriz: possuem rica experiência com tais ações, têm boa competência técnica e gerencial, mas precisam de recursos financeiros para atuar com maior dinamismo.

Penso, ademais, que deveria aumentar a preocupação com a solução de problemas ligados à infra-estrutura material dos quatro processos acima mencionados, e que maior ênfase deveriam merecer os trabalhos de pesquisa e documentação sobre tais processos.

Penso, finalmente, que um grande esforço poderia ser feito quanto à formação sistemática de recursos humanos para a área cultural e artística, inclusive, mas não só, em Universidades, tanto no país, quanto - e sobretudo - no exterior.

O problema que resta, e de difícil solução, é que todas essas propostas se contrapõem à "política do evento", vistosa mas efêmera e inseqüente. Conjugam-se, nas promoções de eventos, os interesses de curto prazo de dirigentes políticos, da imprensa, de produtores culturais, etc. Só uma burocracia de carreira e altamente qualificada poderia resistir a essas pressões múltiplas, e investir recursos escassos em ações que objetivem, em última instância, criar as bases de um desenvolvimento cultural auto-sustentado, em vez de gastá-lo em fulgurantes shows e espetáculos passageiros. Mas isso já nos remete à questão de reconstrução do Estado brasileiro, que é tema de outra discussão.